

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 06/2024	
Título e Código do Projeto	UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>11 meses</i>
Número de vagas:	1 (uma)
Enquadramento no Prodóc	Atividade 1.3.6 Realizar levantamentos diagnósticos sobre deficiências e oportunidades de melhoria no ciclo de execução de recursos públicos vinculados ao Plano de Ações Articuladas, propondo aperfeiçoamento de guias/manuais e ações de capacitação de técnicos e gestores educacionais para obtenção, execução e prestação de contas de recursos públicos do Plano de Ações Articuladas.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano de Ações Articuladas – PAR, Lei n. 12.695/2012, e do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Coordenação-Geral de Programas Especiais – CGPES/DIGAP/FNDE.

Dentre essas, destaca-se a meta 7, estratégia 7.5, que versa sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR), uma estratégia de assistência técnica e financeira que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional.

Nesse viés entende-se que a cooperação técnica pode contribuir e trazer resultados concretos e mensuráveis em relação ao arcabouço normativo e à assistência técnica e financeira, aplicada no âmbito da DIGAP e do PAR, incluindo estudos para o desenvolvimento de ações relacionadas à infraestrutura física e recursos pedagógicos, no âmbito do PAR, que possam auxiliar os técnicos envolvidos no processo, bem como o monitoramento informatizado e sistemático de ações que permitam a definição de novos fluxos e procedimentos estratégicos que assegurem eficiência e eficácia a execução dos instrumentos pactuados, buscando assim a mitigação dos riscos inerentes às ações do FNDE, acerca de questionamentos internos e externos que chegam por meio das casas Legislativas, Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação e outros canais de comunicação.

O resultado esperado é a melhoria de procedimentos e a otimização da execução dos instrumentos pactuados, do repasse de recursos financeiros e de assistência técnica, contribuindo assim para uma educação de qualidade a todos, primando pela eficiência, eficácia e transparência nas ações do FNDE.

Considerando, também, a velocidade no desenvolvimento de novas tecnologias e ferramentas de comunicação e sua aplicação nos sistemas por meio dos quais as ações do FNDE são executadas, e a alta demanda por informações que chegam à CGPES, por meio da Ouvidoria e do canal de comunicação do Governo Federal, a Plataforma Fala.BR, é importante manter tanto os técnicos do FNDE como o seu público-alvo nos entes federados, atualizado. Nesse viés, a elaboração e atualização de materiais instrucionais e a capacitação dos técnicos visando a disseminação de conhecimento e da informação e o suporte técnico necessário aos entes federados pode diminuir os riscos nas várias etapas de execução do PAR, contribuindo para uma oferta de serviços de qualidade.

Diante disso, entende-se pela necessidade de contratação de consultoria técnica especializada para realização de estudos subsidiários aos processos de disseminação da informação, de verificação de sistemáticas e mecanismos operacionais e gerenciais, levantamento, avaliação e exame das demandas que chegam à CGPES por meio da Ouvidoria do FNDE, da Plataforma Fala.BR, e-mails, demandas provenientes das casas legislativas, como requerimentos de informação, proposições legislativas, dentre outras, sendo todas essas relacionadas ao PAR e aos seus processos.

Dessa forma, para a realização dos produtos visando o alcance dos resultados esperados, faz-se necessária a contratação de profissional com formação em nível superior, com experiência relacionada aos processos na área de políticas públicas, no âmbito da Administração Pública Federal, visando a elaboração de estudos, confecção de materiais instrucionais e outras ações estratégicas, que possam subsidiar a Coordenação no exercício das suas atividades, visando promover a transparência na gestão do FNDE, a melhoria dos processos de controle de atividades desenvolvidas, e a oferta de apoio técnico e financeiro de qualidade, por meio de instrumentos pactuados entre o FNDE e os entes federados, no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE).

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.3: Processos de planejamento, implantação, monitoramento e execução das ações de apoio e assistência técnica e financeira no contexto do Plano de Ações Articuladas, no âmbito da DIGAP, atualizados.

Atividade 1.3.6 Realizar levantamentos diagnósticos sobre deficiências e oportunidades de melhoria no ciclo de execução de recursos públicos vinculados ao Plano de Ações Articuladas, propondo aperfeiçoamento de guias/manuais e ações de capacitação de técnicos e gestores educacionais para obtenção, execução e prestação de contas de recursos públicos do Plano de Ações Articuladas.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

As atividades a serem executadas, listadas a seguir, são comuns a todos os produtos.

Atividade 1 – Realizar levantamento das demandas provenientes da sociedade em geral que chegam por meio da Ouvidoria do FNDE baseadas na Lei de Acesso à Informação (LAI) à CGPES;

Atividade 2 – Realizar levantamento das demandas provenientes da Plataforma Fala.BR.

Atividade 3 – Realizar levantamento das demandas provenientes das casas legislativas e dos executivos Federal, estaduais, municipais e distrital.

Atividade 4 – Elaborar planilha com as informações consolidadas das demandas recebidas

Atividade 5 – Elaborar proposta de dissolução por tema, de forma a minorar os riscos de retornos para complementações de respostas.

Atividade 6 – Discutir com a coordenação a situação de cada demanda, de acordo com a abordagem proposta na atividade 5.

Atividade 7 – Elaborar relatório técnico mensal com todas as demandas da Ouvidoria, de parlamentares e do Fala.BR, de modo a avaliar os riscos inerentes às ações do FNDE;

Atividade 8 – Elaborar proposta subsidiária à construção de materiais instrucionais relacionada à etapa de pagamentos dos termos pactuados, objeto de alta demanda na Plataforma Fala.BR e na Ouvidoria.

Atividade 9 – Apresentar minuta com proposta de capacitação para as diversas áreas vinculadas à CGPES.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Em todos os produtos o consultor deverá compartilhar, junto com cada documento técnico, as bases de dados produzidas para a sua elaboração.

Produto	Data de entrega*
Documento técnico “A” , contendo estudos subsidiários à construção de material instrucional, incluindo proposta de manual técnico-operacional e orientativo voltado à equipe de técnicos da CGPES/DIGAP/FNDE, com foco no pagamento dos instrumentos pactuados no âmbito do PAR, visando a mitigação de riscos para o êxito na execução das diversas etapas do PAR.	45 dias
Documento técnico “B” , contendo estudo com proposta de capacitação para técnicos da CGPES, acerca das diversas atividades exercidas na Coordenação-Geral, como análise de Termos pactuados, assistência por meio de emendas parlamentares, prestação de contas, pagamentos e orçamento, com o fito de disseminação e multiplicação do conhecimento e mitigação dos riscos nas diversas ações da CGPES.	100 dias
Documento técnico “C” , contendo estudo situacional das demandas internas e externas relacionadas à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação-LAI), aplicada no âmbito das pactuações efetivadas na CGPES/DIGAP/FNDE, provenientes da Ouvidoria e da Plataforma Fala.BR.	155 dias
Documento técnico “D” , contendo estudo analítico referente ao mapeamento das demandas da sociedade e instituições em geral, encaminhadas à CGPES por meio da Ouvidoria e/ou por meio da Plataforma Fala.BR acerca do Plano de Ações Articuladas (PAR), com proposição de melhorias e respostas padrão para dissoluções, visando mitigar riscos nas devolutivas e diminuição das demandas externas.	215 dias
Documento técnico “E” , contendo estudo analítico referente ao mapeamento das demandas encaminhadas pelas casas legislativas e executivas em âmbito federal, estadual, municipal e Distrital, relacionadas à educação e ao Plano de Ações Articuladas visando a minorar possíveis riscos na comunicação com esses entes, dentro das competências da CGPES.	275 dias
Documento técnico “F” , contendo estudo analítico com relatório final da com crítica à documentação produzida em função das demandas de órgãos internos e externos, casas legislativas e executivas, e sociedade civil, relacionadas ao PAR, contemplando a proposição de eventuais melhorias, para evitar riscos nas diversas etapas tanto da operacionalização do par, da disseminação e na transparência das informações.	320 dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- a) Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;
- b) Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail prododdigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados;
- c) No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;
- d) A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;
- e) O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;
- f) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas.
- g) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “Tabela com Critérios de avaliação” constante do Termo de Referência.

6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação na etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de **entrevista** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;
- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;
- e) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;

- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prodocdigap@fnde.gov.br;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

7 – REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

7.1. Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b. **Experiência profissional comprovada (anos/período):** mínima de 5 (cinco) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento, execução e monitoramento de programas e projetos educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.
- c. **Experiência profissional** mínima de 3 (três) anos no uso de sistemas informatizados de gestão administrativa e educacional –SEI e SIMEC.
- d. **Experiência profissional** mínima de 3 (três) anos em elaboração e ou revisão de materiais instrucionais e didáticos.

7.2. Desejáveis:

- a) **Formação Acadêmica:** Certificado de pós-graduação na área de Educação ou área correlata, certificado por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b) **Experiência profissional** mínima de 2 (dois) anos em elaboração de documentos oficiais relacionados às Leis nº 12.527/2011 e Lei nº 13.844/2019.
- c) **Habilidades e competências:** Conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, capacidade de análise e síntese, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal e capacidade para trabalho em equipe.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	<p>Obrigatório Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e</p> <p>Desejável Certificado de pós-graduação na área de Educação ou área correlata, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e/ou Doutorado na área de Educação ou área correlata;</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Graduação</p>	10
2	Experiência do candidato	É obrigatório que possua experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento, execução e monitoramento de programas e projetos educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.	<p>[100%] 20 pontos: 7 ou mais anos de experiência;</p> <p>[85%] 17 pontos: 6 anos de experiência;</p> <p>[70%] 14 pontos: 5 anos de experiência.</p>	20
		É obrigatório que possua experiência profissional mínima de 3 (três) anos no uso de sistemas informatizados de gestão administrativa e educacional – SEI e SIMEC.	<p>[100%] 20 pontos: 5 ou mais anos de experiência;</p> <p>[85%] 17 pontos: 4 anos de experiência;</p> <p>[70%] 14 pontos: 3 anos de experiência.</p>	20
		É obrigatório que possua experiência profissional mínima de 3 (três) anos em elaboração e ou revisão de materiais instrucionais e didáticos.	<p>[100%] 20 pontos: 5 ou mais anos de experiência;</p> <p>[85%] 17 pontos: 4 anos de experiência;</p> <p>[70%] 14 pontos: 3 anos de experiência.</p>	20
		É desejável experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em elaboração de documentos oficiais relacionados às Leis nº A Lei nº 12.527/2011 e Lei n. 13.844/2019.	<p>[100%] 10 pontos: 4 ou mais anos de experiência;</p> <p>[85%] 8,5 pontos: 3 anos de experiência;</p> <p>[70%] 7 pontos: 2 anos de experiência.</p>	10
3	Entrevista	Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	<p>[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	5

		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
TOTAL DE PONTOS				100

9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail prododigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF.

Brasília/DF, março de 2024.

Flávia de Holanda Schmidt
Coordenadora Executiva do Projeto 914BRZ1115